

PARTIDOS POLÍTICOS (Sílvio Romero)

Crítico e ensaísta, Sílvio Romero (1851-1914) diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife, onde foi contemporâneo de Tobias Barreto. Após rápida e malsucedida passagem pela política, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou professor do Colégio Pedro II e aí vivendo até o fim de sua vida. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Demonstrando especial interesse pelo folclore, produziu nessa área algumas das suas obras mais importantes, mas foi sobretudo como crítico literário que firmou sua reputação. Sua **História da Literatura Brasileira**, publicada pela primeira vez em 1888, tornou-se obra clássica. Escreveu, também, sobre história, sociologia, política, tendo sido pioneiro no Brasil em algumas áreas dos chamados "estudos sociais". O excerto que dele tomamos data da última década do século XIX, e nele revela-se analista arguto de uma série de problemas que chamavam a atenção logo no início da República, pondo em risco — quem sabe? — o próprio regime. Intitulado "Os partidos políticos e o grupo positivista", foi anexado a outros trabalhos para formar o volume **Realidades e Ilusões no Brasil** (Petrópolis, Vozes, 1979, col. "Dimensões do Brasil", v. 14).

*

Com quatro anos apenas de existência a república do Brasil tem passado por intensas comoções internas, que estão a pedir o estudo e as apreciações dos publicistas e filósofos.

Quais as causas históricas das lutas entre nós pugnadas nesse lapso de tempo? Quais os seus móveis próximos e quais os remotos? Qual a lei sociológica que vai presidindo ao desdobramento dos fatos?

A elucidação destes e doutros problemas congêneres seria de inestimável valor para a orientação dos espíritos, o que importa dizer para a apaziguação geral, que, nas atuais circunstâncias, seria o melhor serviço prestado a este país.

O interesse imediato, o estímulo de vitória pronta, até no sentido mais elevado, é sempre da parte dos combatentes um obstáculo à apreciação calma, um óbice à compreensão nítida dos fenômenos contemporâneos. Um esforço, porém, do pensamento, que o faça levantar-se à

esfera superior de onde se possa descortinar a amplitude geral do horizonte político, é coisa praticável aos espíritos contemplativos, que são aqueles que nas lutas dos homens deixam-se sempre impressionar e dirigir pelo ideal.

Dentre as diversas agitações que estão nesta hora vasculejando a alma brasileira, é talvez a mais curiosa e a mais formidável a que se refere ao que se pode chamar a gênese e a formação das principais correntes da opinião. É o trabalho, lento às vezes, precipitado quase sempre, da estratificação das idéias na consciência do povo nas épocas de revolução. Como massas candentes elas deslocam-se, precipitam-se, escorrem, por assim dizer, ora em um sentido, ora em outro. Mas as idéias, as doutrinas, os conceitos, as opiniões não caem do céu, como as chuvas, nem brotam do chão, como as ervas dos campos. Saem dos cérebros e vão achar asilo nos corações.

As correntes de opinião não são outra coisa mais do que os agrupamentos dos homens em torno de uma bandeira, o combate dos espíritos no encaicho de um ideal.

No Brasil representa-se agora um desses dramas raros, que nem a todas gerações é dado presenciar. O esboroar de um trono, a queda de instituições quase quatro vezes seculares, pois que essa é a verdadeira data do governo régio no Brasil; o levantar de novas organizações, de novas fórmulas, de novas doutrinas, com seus moldes e suas necessidades novas, tudo isto constitui para os sociólogos e amadores de estudos de psicologia popular um momento verdadeiramente excepcional.

Perscrutar algum tanto por este lado, deitar o ouvido onde mais forte parece pulsar o coração dos fatos, a alma dos fenômenos políticos, que passam diante de nós, é plano que afagamos de há muito e pretendemos realizar por miúdo em livro especial.

Na presente introdução havemos de deter-nos na simples apreciação quase exterior dos partidos já existentes, ou simplesmente em embrião entre nós. E seja logo a nossa preliminar a entrada franca no assunto. Quais são os atuais agrupamentos partidários na república? Que relações nutrem eles com o todo das tradições e aspirações do país? Quais os defeitos de cada um e as chances de vitória de todos eles?

Responder a estas questões não seria espinhoso, talvez, em outros países, pátrias feitas, equilibradas, tradicionais, onde o pensamento corre sereno e a visão dos fatos é quase espontânea e instintiva. Não assim no Brasil, onde tudo é indisciplina, tudo é vazio e inanido; onde a ignorância dos doutores é só comparável à sua original companhia, a vaidade, a desenfreada petulância dos politíqueiros. Não é possível, nem seria preciso, dar uma relação completa dos matizes político-sociais que atualmente dividem as populações brasileiras. É bastante referir os mais significativos.

Por facilidade de exposição, devemos começar pelo mais saliente aos olhos do observador, por ser aquele que se põe em antagonismo direto com a república, aquele que pretende dar combate às atuais instituições. Referimo-nos ao partido monarquista, ao partido restaurador.

Ontem, como ainda hoje, depois de bem amargas experiências, houve certo grupo de republicanos ingênuos, que levavam a arrogância e a vaidade ao ponto de negar a simples existência de restauradores no Brasil. Não conhecemos maior aberração do juízo político.

Porquanto a inexistência de monarquistas neste país importaria a admissão dos seguintes absurdos: que entre cerca de treze milhões de brasileiros, dos quais, pelo menos nove décimos eram monarquistas, não existisse nenhum homem sincero; que uma forma de governo reinasse quatro séculos em um país e sobre um povo, sem neles deixar o menor vestígio, a mais leve influência nos espíritos e nos fatos. Os que sabemos ser a lei máxima de todos os fenômenos da história, como a de todos os fenômenos do mundo físico, a lei da evolução, cuja fórmula mais completa é aquela que é devida ao gênio de Herbert Spencer; os que sabemos que não podem existir fatos sem antecedentes imediatos, sem a passagem de um estado homogêneo e incoerente a um estado de diferenciação e coerência, não podemos admitir o milagre da existência de instituições, quatro vezes seculares, no ar, sem a menor base na vida nacional. Tal idéia pode ser de muito efeito na boca de declamadores e ignorantes; mas não tem nem pode ter o apoio da ciência. Nem precisávamos nós das declarações inconcussas de homens graves do valor dos Srs. Joaquim Nabuco, Carlos de Laet e Escragnolle Taunay para saber da existência de seu partido.

Não está ele, por certo, ainda organizado com força e segura direção; não passou, porventura, ainda de um punhado de aspirações esparsas pelo vasto corpo de nosso país; porém, ele vive, ele é uma realidade.

A negação, em absoluto, é aqui anômala e esquisita; mas não é inexplicável, nem é fato singular na história. Também a presunçosos ingleses do século XVII se afigurava definitiva a república de Cromwell e que é hoje a Inglaterra? Também aos afoitos e pouco lúcidos patriotas do Terror se desenhava definitiva a república por eles fundada e todos sabemos quão falazes foram essas vozes proféticas. Também aos confiantes revolucionários de 1868 em Espanha parece definitiva a república que fundaram. E que é hoje o governo da terra de Carvantes? Também a espíritos cultos, como o próprio Augusto Comte, pareceu definitiva a república de 1848 em França... Bem se vê que até os filósofos não são infalíveis; até eles têm o direito de se enganar.

Não admira, pois, a cegueira dos nossos epígonos e as falazes presunções de que se nutrem. Nunca é demais, para quem tem bom senso, combater pretensões restauradoras que se podem avolumar e crescer, ten-

tando fundar com força e pujança o partido, a que já uma vez apelidamos de **neocaramuru**, em recordação do partido restaurador da época regencial, dirigido pelos Andradas, e que constitui na história a mácula inapagável do nome desses bons patriotas.

E o sistema de combate que deve ser dado a tais pretensões não deve ser o acastelamento da negação oposta por um otimismo infantil. A mais eficaz repulsa a opor aos monarquistas deve ter duas feições, uma que se pode chamar positiva e deve consistir na sábia administração republicana, que leve ao povo a consciência da superioridade do sistema, e outra, que se pode denominar crítica, e deve consistir na análise séria dos desvarios monárquicos, por meio da história.

Isto é que é preciso fazer e é o que não tem sido praticado em grau algum.

Quem aí já escreveu a história analítica da administração régia no Brasil, mostrando os esbulhos, as violências, as tiranias de que eram vítimas os filhos do país? Quem aí já praticou outro tanto para com a administração e a política imperial dez vezes mais desastradas do que a gestão colonial? Quem, por outro lado, já escreveu a história, clara, precisa, dramática das aspirações para a liberdade e para a república em terras do Brasil? Ninguém, e tudo isto devia ter sido levado a efeito como doutrina e como ensinamento para o povo.

É preciso formar a educação republicana, tornando-a uma convicção consciente no seio da nação. É mister formar alicerces bem seguros para a nova construção política ser amada e tornar-se um fermento de vida e de progresso.

Não são raros, na história, os casos de adaptação exterior de formas políticas a povos que nunca as compreenderam de todo, nem delas se serviram com destreza e vantagem. Nós mesmos somos disso um exemplo, que por demasiado próximo não deve ser deslembrado.

As práticas e usos do constitucionalismo parlamentar não assentaram jamais neste país em aspirações, impulsos, necessidades do povo. O nosso constitucionalismo, apesar de alguns benefícios que prestou ao país, não passou de uma comédia, cujos papéis eram distribuídos ao limitadíssimo número de atores e a cujo desempenho o grosso da nação nem em sonhada miragem assistiu.

As construções políticas que não são organizadas pelo trabalho popular, que não representam a frutificação de que os ideais da nação são a flor, não têm, não podem ter estabilidade.